



3

VIIA



John Carter Brown.

IN LAUDEM EGREGII VIRI
 JOSEPH PEREYRA DE BRITO
 ELOGIUM SEPULCHRALE.

L Ufiadum vix nota plagis me Caura creavit,
 Vix notus genitor, nota nec iple parens.
 Navales operas posui juvenilibus annis,
 Cumque Indos adii, navita vilis eram;
 Mox tamen ut vidi vastas Orientis ad oras
 Lusadas Indis bella movere meos,
 Ex templo stimulis, fatisque urgentibus actus,
 Spreto Neptuno, Martis ad arma feror.
 Multiplices casus, & mille pericula vici,
 Sive forent terrâ praelia, sive mari.
 Seu dux, seu miles, semper mea vivida virtus
 Hostibus ex fractis celsa tropæa tulit.
 Lusam Arabes arcem longa obsidione prementes
 Annum sustinui, longius & repuli.
 Non modicæ classis dein subpræfectus adegi
 Prædonem in tenebras præcipitem ruere.
 Valsus & inde mihi Prorex commisit, ut oram
 Canaræ damnis excidioque darem.
 Per medios ignes, per tela micantia vadens;
 Ferro hostes, flammis oppida cuncta dedi.
 Quæ fuerant arces, fuerant quæ fana deorum,
 Oppida quæ fuerant ditia, rura jacent.
 Sed maiora tamen cùm jam non edere possem,
 Continuò cessi, mors inimica, tibi.
 Exiguus Lufos parer hinc natalibus ortos
 Posse etiam magnos equiparare viros.

Pangebatur

Crestophilus.

RELACAM

D O S

PROGRESSOS

D A S A R M A S P O R T U G U E Z A S

No Estado da India,

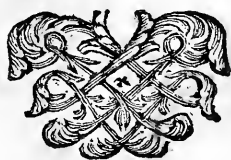
No anno de 1714.

SENDO VICE-REY, E CAPITAM GENERAL
do mesmo Estado

VASCO FERNANDES

CESAR DE MENEZES,

*Continuando os suecessos desde o anno de 1713.
referidos na Relação que se imprimio no
principio do presente.*



L I S B O A,

Na Officina Real DESLANDESIANA.

M. DCCXV.

Com as licenças necessarias, & Privilegio Real.

RELACAM

PROGRESOS

INSTRUMENTOS

VASCO-IRMANES

Continued to export with various articles
the same quality as the original



LIBRO A

NOTA DEL LIBRO A



GLORIA das Armas Portuguezas ha tantos annos enferma no Estado da India, não só parece que tem convalidado no reynado de S. Mag. que Deos guarde, & particularmente no governo do Vice-Rey Vasco Fernandes Cejar de Menezes; mas que tem recobrado todo o seu vigor antigo. No principio deste anno se publicá raõ com mais elegantes expressões es successos que

houve no de 1713. agora faremos memoria das acçoens obradas no de 1714. Materia não menos relevante, merecedora de estylo igualmente elevado.

Castigada a insolente defatengão do Rey de Canará; reduzidas a cinzas as Povoagoens maritimas do seu Reyno, arruinado o commercio nes seus portos, & cheyos de terror, & de respeyto os seus vassallos, se retolveo aquelle Principe a evitar a repetição da nossa furia, & dos seus estragos, implorando a piedade do Vice-Rey, & mandandolhe Embayxador a propor a paz. Elego para esta função hum seu vassallo chamado Mollô, de familia nobre, & oriundo das terras do Estado; & este deu logo parte ao Vice-Rey da escolha, que o Rey seu amo fizera da sua pessoa para Plenipotenciario do ajuste da paz, pedindo licença para vir a Goa, & trazer na sua companhia hum Clerigo Missionario, que assistia naquella Corte, para servir de interprete; segurando a Sua Exc. que tudo se ajustaria com muytas ventagens do Estado; porque tinha grande desvanecimento de haverem nacido seus avôs com a honra de ser vassallos dos Serenissimos Reis de Portugal. Respondeo o Vice-Rey à carta do Embayxador, mandandolhe licença; para que o Clerigo o acompanhasse; & significandolhe o muyto que estimava a sua vinda, & a sua pessoa.

Intentou o Embayxador fazer a jornada por terra, por satisfazer com mais brevidade o desejo, que o Rey tinha da conclusão

do negocio a q̃ o mandava, & pelas repetidas instancias q̃ os mercadores lhe fazião, incitados do grande detrimento, q̃ dava ao seu negocio a duraçãõ da guerra: mas as differenças que entãõ havia entre o Rey seu amo, & o de Sunda, por cujos Estados necessariamente havia de passar; ou a esperança do lucro que podia ter na provisãõ de mantimentos que traria consigo; por ser notavelmente ventajoso o preço do seu valor em Goa; elcreveo ao Vice-Rey se quizesse servir de mandarlhe algũa embarcaçãõ de guerra, em que pudesse vir com segurança a sua pessoa. Ao mesmo tempo avisou a Sua Exc. o Feytor da Fazenda Real, que o Estado tem naquelle Reyno; que mandandose embarcações que pudessem detender as do Embayxador, tinhã este prompto 50U. fardos de arroz para trazer consigo. O Vice-Rey ainda que em Goa não havia falta deste mantimento, lhe mandou promptamente o comboy que pedia para a sua defenſa, desejando que o povo tivesse a utilidade de o comer mais barato, pois não tinha duvida, que a abundancia faria abater o preço.

Partio de Goa com esta commissão o Capitão de mar, & guerra Antonio de Sousa de Lemos em huma boa fragata chamada a Sereia; & na instrucção se lhe ordenou, que repugnasse a condução do mantimento, dizendo, lho não permittião as suas ordens, nem em Goa havia falta delle, & só tinha ido a segurar a pessoa do Embayxador. O Capitão o fingio tão bem, que entenderão todos era esta a sua resolução; & foy preciso ao Embayxador valerte da intervenção dos Hollandezes, que assistem naquelle porto, para que o persuadissem a querer comboyar as embarcações, que já estavaõ carregadas nesta esperança. Mostrou emfim que tomava sobre si o risco de exceder as ordens que levava; consentio na supplica do Embayxador, deyxando servidos os interesses do Estado, & obrigados ao mesmo tempo os Medianeyros: assegurandolhes, que só o seu respeyto o poderia persuadir a fazello, não duvidando, que fosse esta attenção das suas recommendações muy desculpavel com o Vice-Rey.

Mas conseguido o empenho do comboy, teve Molló o desprazer de não lograr o caracter de Embayxador; porque pela observação, que se fez, quando lhe entregaraõ as instrucções, & os poderes, occorrêraõ circumſtancias, que a superstição gentílica tem por infaustas; & por se fugir deste pretagio, foy excluido da commissão. Encarregou a o Rey a Caddaxe Damarie Parobu
tambem

tambem nacido nas terras de Portugal, & da familia Parobu, estimada por nobre entre aquella Nação. Porém este não sendo costumado a embarcar-se, achou mais suave que a navegação, o trabalho de fazer a sua jornada por terra, particularmente attendendo que na embarcação Portugueza não poderia ter a commodidade para usar dos seus ordinarios lavatorios, & obliervar outras impertinentes ceremonias de sua seyta. Partio por terra, & o Capitaõ Antonio de Sousa se fez à vela para Goa, onde chegou a 26. do mez de Novembro do anno de 1713. comboyando huma frota de embarcagoens com 40U. fardos de arroz, que Mollô tinha carregado nellas; pertendendo além do seu lucro, o fazer-se bem aceyto no Paiz, para servir melhor o seu Rey no negocio que lhe encomendava.

Chegou o Embayxador a Goa no mez de Janeyro do anno de 1714. fez a sua entrada publica com a solemnidade, que alli se pratica com os Ministros dos outros Principes Orientaes; mas como o Vice-Rey não podia deyxar de antepor a tudo o despacho da Nao que havia de partir para o Reyno, por ser chegada a monção da Viagem, se suspendeo entre tanto a negociação. Expedita a nao, se deo logo principio às conferencias, nas quaes se foraõ ajustando algumas duvidas, que havia entre o Estado, & aquella Coroa; & as condigoens com que se devia restabelecer a paz. A condigaõ, que encontrou mayor repugnancia da parte do Embayxador, foy a de haver de pagar o Rey seu amo os gastos desta guerra, parecendo-lhe duro, que fizesse esta despeza mais, depois de haver recebido tantas ruinas, & satisfazer com o seu desembolso os meismos instrumentos do seu estrago. O Vice-Rey ainda que tambem desejava a conclusãõ da paz; porque depois de castigadas as insolentes desatençoens daquelle Rey, nenhum interesse tinha o Estado em continuar a guerra; usou de huma destreza politica para precisar ao Embayxador a convir nesta proposta. Mandou preparar com pressa as embarcagoens, que se achavãõ no Porto de Goa, & fez correr huma voz em segredo, de que todos aquelles aprestos se dispunhaõ para continuar os destroços do Canarã. O Embayxador ignorante da maxima, & confornado com a noticia, ditacorreo; que era menos pezada ao Reyno a contribuição de trinta mil xerafins, em que se avaliavaõ os gastos, que para aquella guerra se fizeraõ, do que hũa segunda invasão das nossas armas; & vendo que o Vice-Rey

Rey não desistia do empenho em que estava , antes se resolvia a continuar a guerra, a qual, ou se fizesse tomando embarcaçoens, & destruindo a costa , ou bloqueandolhe os portos para lhes impedir o interesse do commercio, & a extracção do seu arroz (que he o unico genero de que abunda o seu Paiz ; & donde os Estados vizinhos se provem para o seu sustento) sempre era de mayor prejuizo para o Rey , & para os vassallos, se resolveo a ceder , & convir no projecto do Vice-Rey. Vencida esta difficuldade, se ajustárao os mais artigos, & se formou o Tratado da paz debayxo das clautulas, & condiçoens , que se expressão nos capitulos seguintes.

TRATADO DE PAZ, AMIZADE, E ALIANÇA, A concluido, & feyto na Cidade de Goa em 19. do mez de Fevereiro do anno de 1714. entre o Excellentissimo Senhor Vasco Fernandez Cesar de Menezes, Vice-Rey, & Capitão General do Estado da India, & Quellady Basavapa Nayque, Rey de Canará por Caddaxe Damarle Parobu seu Embayxador Extraordinario com as condiçoens abayxo declaradas.

A Os dezanove de Fevereiro de 1714. nos Paços da Casa da polvora, em presença do Excell. Senhor Vasco Fernandez Cesar de Menezes , do Conselho de Estado de Sua Mag. Vice-Rey , & Capitão General da India; tendo presentes os Conselheiros, que assistem ao dito Senhor; a saber: João Rodrigues da Costa, Vedor geral da fazenda; o Inquisidor Manoel Seraiva da Sylveira; D. Luis da Costa Mestre de Campo do Terço da guarnição de Goa; Dom Christovão Severim Manoel Capitão da mesma Cidade, & João Borges Corte Real; & sendo tambem presente Caddaxe Damarle Parobu Embayxador de Quellady Basavapa Naique, Rey de Canará, se declarou, que elle fora mandado da parte do seu Rey à presença do Exc. Senhor Vice-Rey com a commissão, & poderes de ajustar a paz com o Estado; & depois de varias conferencias sobre algumas duvidas, que se offerecêrao de parte a parte, se tomou por ultimo accordo, que se ajustasse a paz, que o Rey de Canará pedia com as condiçoens seguintes.

CONDIC, OENS A FAVOR DO ESTADO.

I.

P Rimeyramente, que o Rey de Canará per fi, & per seus successores, terá sempre leal, & fiel amigo do Estado da India, amigo de amigos, & inimigo de inimigos, & dará toda a ajuda, & favor ao Estado para as guerras que tiver quando lho pedir.

II.

Que o Feytor de Mangalor, & o Padre Vigario, serão Juizes nas causas dos Christãos, ou sejaõ entre os melmos Christãos, ou entre Christãos & Gentios; & aonde não puder chegar a jurisdicção do Feytor, serão Juizes os Padres, que assistem em qualquer dos portos, ou terras do Rey de Canará; & no caso que o deferimento não seja justo, as partes se quey xaráõ a este Governo, para lhes mandar deferir com justiça, & em nenhum caso os Governadores, & Tanadares tomarão conhecimento dos deferimentos do Feytor, & Vigarios.

III.

Que as mulheres Christãs, que forem comprehendidas na sensualidade, serão entregues ao Feytor para as remeter a Goa, & se lhes dar o castigo que merecerem, & não serão prezas, & cativas pelo Armanã.

IV.

Que o Rey de Canará, nem seus vassallos poderão comprar filhos de Christãos, nem terem-os por cativos, & da mesma sorte aos filhos, & mulheres dos Soldados Christãos, que servem nas Fortalezas, por dividas de seus pays, & maridos.

V.

Que o Rey de Canará não consentirá q os Christãos de Goa, ou de outra qualquer parte do Estado, tomem casta com as Genticas, & quando o fação, poderão os Parochos prendellos, & remetellos para Goa, & nem por este, nem por outro qualquer caso poderão os Governadores, ou Tanadares do dito Rey prender alguns dos nossos Padres em Fortalezas, nem outra qualquer prizaõ.

VI.

Que na Feitoria, & porto de Mangalor, & nos mais do Rey de Canará, & suas terras, em q houver Christãos, poderão os Portuguezes ter Igrejas, & Fortalezas, para nellas fazerem sua obrigação,

gação, & havendo alguns Rebeldes, os poderão castigar os nossos Padres, conforme a nossa Ley, & para tudo dará ajuda, & favor o Rey de Canará.

VII.

Que os nossos Padres, que passarem ao Reyno do Canará para assistirem nelle, ou para irem para outros Reynos, os não molestarão em cousa alguma os Governadores, & Tanadães daquellas terras, nem os Juncaneyros lhes tomarão junção de suas pessoas, nem do fato do seu uso; & sómente o pagarão, se levarem fazenda de contrato; & o mesmo se guardara com os Portuguezes, & Naturacs, (sendo Christãos) que pelo dito Reyno passarem; mas antes lhes dará toda a ajuda, & favor.

VIII.

Que o Rey de Canará pagará logo por mão de seu Embayxador Caddaxe Damarfe Parobu trinta mil xerafins por conta da despeza, que a Armada do anno passado fez, por o dito Rey ter dado motivo àquella expedição.

IX.

Que o mesmo Rey mandará logo pagar ao nosso Feytor de Mangalor os tres mil cento & cincoenta fardos de arroz, que se devem das pareas, ou o que na verdade for; & assim mesmo as lagimas pertencentes ao Estado, que o dito Rey tiver cobrado; o que mandará fazer a tempo que possa vir tudo para Goa nas primeyras embarcações, que do Estado forem para aquelle porto.

X.

Que o Rey de Canará além dos mil, & quinhentos fardos de arroz das pareas, que por obrigação antiga paga ao Estado na feytoria de Mangalor, pagará mais quatrocentos fardos de arroz branco, & limpo em cada hum anno, & todo da mesma qualidade; o que terá principio no presente, & a tempo que possa vir na armada que está para partir; & em cada hum dos annos futuros os mandará pagar antes que se embarque, & haja de sahir para fóra qualquer arroz novo daquelle anno, sem que para se cobrar necessite o Feytor de nova ordem do dito Rey, nem de mandalla bulcar a Bedur, Corte do mesmo Rey.

XI.

Que as lagimas do porto de Mangalor, & seus districtos se pagarão de todas as fazendas que entrarem, & sahirem, na mesma forma que antigamente se pagava; & para que não haja differença

19
ga alguma entre os Mercadores, & Rendeiro das ditas lagimãs, para haver de cobrar o que directamente lhe pertencer; se ajustarão os pregos das fazendas com assistencia do dito Rendeiro, ou de qualquer Agente seu, que nomear para o tal effeyto.

XII.

Que o Rey de Canará mandará dar os materiaes necessarios, para se fazer em Mangalor hum feytoria de pedra, & cal, ou acréscentar a que está feyta, com sua cerca à roda, de pedra, & cal; & os officiaes necessarios para a dita obra; & por conta do Estado se pagará lómente aos officiaes que nella trabalharem; & na dita feytoria poderá o feytor ter elpingardas, bacamartes, arcabuzes, & mosquetes de trilhaõ, & mais armas para detenta de alguns ladroens; & ficará livre ao dito feytor, poder a toda a hora, & tempo mandar os pilotos, para meter dentro da barra às nossas embarcaçoens de guerra, & do mesmo modo mandallas para fóra, sem que para o fazer necessite de licença de outra alguma pessoa.

XIII.

Que os Ministros do Rey de Canará terã muyto respeyto ao nosso Feytor; & quando quizerem ir fallar com elle, lhe mandarão primeyro pedir licença, & nos limites da dita feytoria não farão forças, nem violencias, nem outro algũ desacato; mas terá a dita feytoria todos os privilegios, como se fosse Fortaleza, & nella se pagarão as lagimãs, ancoragens, coleta, & os mais costumes, que se pagavaõ à Fortaleza, quando naquelle porto a tinha; mos.

XIV.

Que na dita feytoria poderemos ter Bangaças, para nelles poderem os Mercadores vassallos do Estado recolher mantimento, & as suas fazendas, & só das que venderem pagarão direytos na fórma do estylo, & se por costume antigo o deverem.

XV.

Que o Rey de Canará de hoje em diante não consentirá em seus portos barcos de Arabios, nem que estes em suas terras comprem, nem vendaõ, nem fação contrato algum; & em caso, que as nossas Armadas achem em aquelles portos algum barco, ou barcos de Arabios, lhes será licito pelejar com elles, & apreza-los, sem por esta cautela se ficar quebrando a paz novamente estabelecida.

XVI.

Que nenhũ barco do Rey de Canará , ou de seus vassallos irá aos portos dos inimigos do Estado, principalmente aos dos Arabios, & se for, se poderá tomar por perdido; por ter contra a condição dos Cartazes, que se lhes passaõ, que sempre leuão esta prohibição.

XVII.

Que nenhum barco do Rey de Canará , nem de seus vassallos poderá navegar sem Cartaz para fóra do cabo de Comorim até ponta de Dio ; o qual serão obrigados a tirar na secretária deste Estado , & os pagarão como he costume , exceptos dous barcos do mesmo Rey, aos quaes se passarão os Cartazes graciosamente, & todos os que excederem as condigoens dos Cartazes , serão tomados por perdidos para o Estado ; como tambem todos os que forem achados sem Cartazes, ainda que não tragaõ generos prohibidos.

XVIII.

Que o nosso Feytor de Mangalor passará os Cartazes para os barcos do Rey de Canará, & de seus vassallos , que navegarem da ponta de Dio até o cabo de Comorim ; & os Calamutes, & outras embarcaçoens , que vierem para esta Cidade , ainda que venhaõ em companhia da nossa Armada , trarão Cartazes do mesmo Feytor , & de todos se pagará o que he estylo , & vindo sem o dito Cartaz, serão tomados por perdidos.

XIX.

Que fugindo algum cativõ dos vassallos do Estado para as terras do Rey de Canará , o mesmo Rey mandará aos seus Tanadares, que o entreguem ao nosso Feytor , para este o mandar entregar a seu dono.

XX.

Que o Rey de Canará não prohibirá aos seus vassallos conduzir arroz para Goa, todas as vezes que o quizerem fazer, auentureyros, ou comboyados; nem impedirá que os Mercadores vassallos deste Estado comprem o arroz que quizerem trazer para Goa , em quaesquer embarcaçoens; preferindo sempre as da nossa Armada , & todas as mais do Estado , a quaesquer outras naçoens, que quizerem tomar carga nos seus portos.

XXI.

Que os fardos de arroz, que os mercadores vassallos do Rey de Canará

Canará trouxerem do porto de Mangalor para esta Cidade, serão de duas mãos, que fazem sete curos, & cada curio de oytto medidas, & achando-se diminutos se tomarão por perdidos, por se ter experimentado a grande falta que se acha nos ditos fardos, em grave prejuizo de todo este povo, que os compra sem os medir; & a este respeyto os fardos mayores, que costumão vir de outros portos do dito Rey.

XXII.

Que justificando-se terem concorrido o Tanadar da Fortaleza de Onor, & Revadas Guzarate, ou outros vassallos do Rey do Canará, com o conselho, ajuda, ou favor para os Seragiis queymarem huma Pala do Estado no anno de 1711. governando este Estado o Vice-Rey D. Rodrigo da Costa, dentro da barra daquelle Fortaleza, será o dito Rey obrigado pagar ao Estado o valor della.

XXIII.

Que requerendo o Feytor de Mangalor ao dito Rey, mande prender o Pendra Camotim lagimeyro, que foy daquelle porto, por ser devedor ao Estado de certas quantias daquellas lagimas, passará logo as ordens necessarias aos seus Governadores, & Tanadares, para que assim o executem, & o entreguem á ordem do dito Feytor.

XXIV.

Que o Feytor de Mangalor poderá comprar com o dinheyro do Estado a madeyra que lhe pedirem, & reemetella para esta Cidade, sem impedimento algum.

XXV.

Que o Embayxador Caddaxe Damarfe Porbu deyxará em Goa hum Xerrato, de quem se confie, para pezar, & tocar o ouro que se levar para Canará, & naquellas terras se estará pelas suas certidoens.

CONDIC, OENS A FAVOR DO REY DE CANARA.

XXVI.

Que o Estado soccorrerá ao Rey de Canará com as suas armadas, tendo guerra com alguma das Naçoens Asiaticas, não sendo amiga do Estado, & avisando a tempo conveniente que se possa preparar, & expedir o tal soccorro, para lhe defender

os seus portos, & principalmente do inimigo Arabio quando a elles venha.

XXVII.

Que vindo os barcos do Rey de Canará, & seus vassallos aos portos do Estado, se lhes fará boa passagem, & arribando a elles por causa de tormenta, não serão obrigados a descarregar as fazendas, nem pagar direyto, salvo das que venderem voluntariamente.

XXVIII.

Que em cada anno poderão navegar dotis barcos do Rey de Canará com Cartazes, que se lhe passarão na Secretaria do Estado graciosamente, sem pagarem coula alguma, & nelles levará licença para poder trazer cavallos do porto de Congo, ou de Ormuz; & trazendo-os de qualquer porto sujeyto ao Inamo de Mascate, ou trazendo nelles Arabios, se tomarão; & para não haver duvida serão obrigados os Capitaens dos ditos barcos a trazer certidão do nosso Feytor de Congo, perque conste carregarem os ditos cavallos nos portos referidos.

XXIX.

Que os Capitaens da Cidade de Goa não obrigarão as embarcaçoens, que vierem dos portos do Rey de Canará, & trouxerem Cartaz do Feytor de Mangalor, a que tornem a tomar aqui outros, nem no passo de Pangim serão obrigados a pagar mais do que antigamente pagavaõ, porque nos annos passados se tinha alterado aquelle estylo, pedindo o que lhes parecia.

XXX.

Que os Padres, & Missionarios assistentes no Reyno de Canará, não farão Christãos por força, nem tomarão ortãos, nem mataráõ vacas.

XXXI.

Que os Capitaens môres, & mais Capitaens das nossas Armadas, por virem comboyando os barcos de arroz dos vassallos do Rey de Canará, não obrigarão os donos a lhes darem fardos de arroz, ou outra coula alguma por os acompanhar, & tirar dos portos.

XXXII.

Que indo os barcos do Rey de Canará, ou de seus vassallos para os portos de Congo, & de Ormuz, não serão tomados no mar levando Cartazes; & só os poderão tomar nos portos de Arabia, quando

13

quando nelles os achem os barcos do Estado, ainda que levem Cartazes passados na Secretaria do mesmo Estado.

XXXIII.

Que os vassallos do Rey de Canará não pagarão junção de suas pessoas nas Fortalezas, & terras do Estado.

XXXIV.

Que o Estado fará a graça de largar as duas embarcações, que dos portos do Rey de Canará trouxe apreçadas a Armada do anno passado com as suas fazendas, & por ellas estarem já vendidas, se lhes dará o dinheyro procedido dellas, & dos cascos das taes embarcações.

XXXV.

Que o Estado se esquecerá de toda, & qualquer offensa, que o Rey de Canará lhe tiver feyto; & na mesma fôrma se esquecerá o Rey de Canará, de toda a que possa ter recebido do Estado: sem que do dia do ajuste deste tratado de paz, & aliança em diante, se possa por alguma das partes contravir a todos, ou a qualquer dos capitulos, & condições ajustadas; nem menos poder contravir, nem ter acção alguma, para poder pedir algum dano, ou perda, que de cada humas das partes se tiver recebido.

XXXVI.

Que na Feytoria de Mangalor não haverá Moinhos de azeyte.

XXXVII.

Que vindo embarcações do Canará carregadas de arroz, comboyadas, ou aventureyras, se lançará bando nesta Cidade de Goa, para que nenhuma pessoa de qualquer qualidade, & condição que seja, leve qualquer das ditas embarcações para os seus Palmares, para nelles as descarregaré, nem tome arroz das taes embarcações por força, ou sem dinheyro; mas antes se pagará logo quando se comprar, & tirar das ditas embarcações. E no caso que qualquer das ditas pessoas queyra tirar o tal arroz por força, sem logo pagar o dinheyro, os Parangueyros donos delle se queyxrão logo, para se lhes mandar fazer justiça, & impedir a tal violencia.

XXXVIII.

Que havendo alguma duvida, ou differença entre o Estado, & o Rey de Canará, & mandando Embayxador a esta Corte para decisão della, se não fará hostilidade alguma nas terras do dito Rey, em quanto o Embayxador estiver nesta Cidade, & durante o tempo de sua embayxada; & o Rey de Canará usará o mesmo com o Estado.

As

As quaes condicoens propostas, & ajustadas por huma, & outra parte, aceitaraõ o dito Excell. Senhor Vasco Fernandez Cesar de Menezes, Vice-Rey, & Capitão General da India, pelo muyto alto, & muyto poderoso Senhor o Serenissimo Rey de Portugal D. João o V. & o dito Embayxador Caddaxe Damarfe Porbu, em nome do Rey de Canarã Quellady Bassavapa Naique, & sobre ellas se fizeraõ varias conferencias com o Secretario do Estado João Rodrigues Machado, que foraõ bem entendidas pelo dito Embayxador por meyo de Vittogy Sinay Benddo, lingua deste Estado, & de Salvador Pereyra lingua do mesmo Embayxador, que lhes declararaõ na lingua Bracmana, por elle não entender a Portugueza; & ambos os ditos Senhores Vice-Rey, & Capitão General da India, & Embayxador de Canarã, se obrigaraõ a que as ditas condicoens se guardaraõ reciproca, & inteiramente, sem se alterarem em cousa algũa; a saber: o dito Senhor Vice-Rey & Capitão General per si, & per seus successores no dito governo; & o dito Embayxador pelo dito seu Rey, & pelos mais que lhe succederem, se nunca em tempo algum contradizerem, nem quebrarem as ditas capitulaçoens de paz, & amizade, antes de as terem, manterem, & guardarem os talvchamães, & para mayor firmeza affirmo juraraõ ambos, o dito Senhor Vice-Rey, & Capitão General da India pelo juramento dos Santos Euangelhos, pondo a maõ sobre hum Missal; & o dito Embayxador pelo juramento do seu rito de Arroz & Berle, pondo ambas estas coulas sobre a sua cabeça & olhos. Ao que se acharaõ presentes os ditos Conselheyros de Estado; & se assignaraõ ambos, o dito Senhor Vice-Rey Capitão General da India; & o dito Embayxador, com os sobreditos Conselheyros de Estado, & os Linguas referidos, & eu João Rodrigues Machado Secretario de Estado, que as conferi com o mesmo Embayxador pelos referidos Linguas, que de tudo dou minha fé, & fiz elcrever, & assignei no dia assima reterido.

Caddaxe Damarfe Porbu.

João Rodrigues Machado.

Vittogy Sinay.

Salvador Pereyra.

Vasco Fernandez Cesar de Menezes.

João Rodrigues da Costa.

Manoel Serrão da Sylveira.

João Borges Corte Real.

D. Luis da Costa.

D. Christouão Severim Manoel.

Aca-

Acabada a negociação, & assignado o Tratado, cõ tantas vantagens para os interesses de Portugal, como testemunhaõ as suas condiçoens, desembolsou o Embayxador os trinta mil xerafins estipulados nelle; & despedido do Vice-Rey se voltou a sua patria.

Logo no mesmo veraõ passáraõ ao Reyno de Canará os Capitaens de mar & guerra Gõçalo da Sylva Ferraõ, & Luis de Sousa, o primeyro em huma Galeota, o segundo em huma Pala, & ambos voltáraõ brevemente a Goa comboyando huma frota, taõ bem provida de mantimentos, que houve grande abundancia no Paiz, & custou muy barato o sustento. Tambem no principio deste anno de 1715. antes de despachada para o Reyno a nao do retorno, havia partido para Canará huma Armada a conduzir outra frota de mantimento, indo por Capitaõ mór della Paulo da Costa (o que destruhio no estreito de Malaca o Cosario Bonot, de cuja vitoria faremos particularmente Relação) embarcado no paraxinho, de que he Capitaõ de mar & guerra Joseph Barboza tambem de conhecido valor, sendo os mais Capitaens da sua conferva Thomé de Mesquita de Moraes, tambem muy valeroso, na Pala Madre de Deos; Manoel de Frias na pala S. Antonio; João de Oliveyra; & João Ferreyra em duas manchuas; Francisco Barboza, & João Gonçalves em duas galveras, os quaes se esperavão tambem brevemente em Goa; de forte que atégora se tinham observado religiosamente todas as condiçoens do Tratado, redundando delle huma grande gloria ao Vice-Rey; pelo haver encaminhado taõ politica, & taõ prudentemente, com tanta conveniencia do Estado, & com tanta honra da Nação.

Mas em quanto em Goa com esta negociação adquiriaõ vantagens os politicos; nos mares com as armas grangeavaõ reputação, & gloria os militares. Tinha emprendido o Vice-Rey destruir totalmente a Angriã, de quem já (na primeyra relação que se imprimio, & esta continua) se disse, que começando em Pirata se hia estabelecendo em Principe, havendo tido a sua fortuna no desprezo com que os Reys da India trataraõ ao principio os seus progressos. Havia-se senhoreado de hum porto pertencente ao Graõ Mogor chamado Culabo, & a vastidão dos Dominios daquelle Monarca lhe fez parecer hum ponto indifível esta perda, senão he que em oytenta annos, que Aurengzeb contava de idade, se achava já amortecida aquella ambição; com que

q deu principio ao seu reynado. Ao Rey de Ginde havia tomado duas Praças, & outras a outros Principes vizinhos. Como o Parz era alheyo, & o interior delle o tinha por inimigo, era precisado a buscar provisao, para conservar o seu estabelecimento, nas embarcaçoens que encontrava pelos mares; & como não era amigo de ninguem, sempre para elle erao de boa preza todas as em que não achava resistencia: tinha tomado algumas a mercadores vassallos do Estado, & como se lhe não pedia satisfação, continuava no atrevimento. Estes insultos, & o delejo de querer segurar a Praça de Chaul, defafogando-a da voracidade deste Barbaro seu vizinho, incitarao ao Vice-Rey a querer destroçallo; ajuizando politicamente, que a imitação do Imamo de Malcate, senão fosse cortada em verde esta vergonteza, poderia lançar mayores raizes, & fazer-se açoute do Oriente todo. Deo mayores incentivos a diligencia da vingança, a insolencia de pertender tomar a fragata de guerra, com que S. Excellenc. mandava prover Chaul, sem embargo de haver castigado bem a sua ouzadia o Capitão della Antonio de Sousa de Lemos. Não corresponderao as forças do Estado a tamanha empreza; porque a esperança que o Vice-Rey tinha nos reforços do Reyno, se desvanecce com a chegada das tres naos, que só levárao huma reclusa de 150. homens; mas não sendo nada bastante para descompor a idea de hum animo grãde, não desistio o Vice-Rey do desígnio; porẽm accomodou a operação às forças. Não podia expugnallo nas suas fortalezas por falta de gente, & resolveo arruinallõ com hum sitio, mandando huma Armada a barra de Culabo, que impedisse a sahida das suas embarcaçoens, para que não pudesse piratear com ellas como costumava: advertindo bem que não podia haver genero de guerra mais sensível, que a da fome; & era certo que não tendo outro meyo de sustentar-se, mais que o dos continuos roubos que fazia, impedido este, se veria desemparado logo dos que o seguiaõ. Mandou fazer promptas as embarcaçoens de guerra, que havia no norte, que erao seis Palas, & algumas galvetas; & deu o mando de todas com o titulo de Capitão mór (que já exercitava naquelles mares, depois da guerra de Canará) a Antonio Cardim Froes, Capitão em quem juntamente concorrem as experiencias com o grande valor, & com o bom procedimento. Segundo o Regimento que se lhe deu, devia Antonio Cardim por-te sobre a barra de Culabo a 15. de Setembro do anno de 1713.

porẽm

porém não pôde executar as suas ordens antes de Outubro, por se não achar até então a Armada prompta. Sabio, & fez o que se lhe ordenou continuando o sitio até Dezembro, & continuára mais, se o Vice-Rey lhe não ordenára que se recolhesse, tendo já alli por inutil a sua assistência; porque Angriá considerando que as suas embarcações ainda dentro da ribeyra não estavam seguras do nosso fogo, desconfiado da sua defesa, fez romper hum lanço da muralha, & as meteo dentro da Fortaleza varando-as em terra, & defendendo-as com huma torre tranqueira, que levantou em forma de tenalha, guarnecida com hum bom numero de peças de artilharia, de que está bem provido; por haver tomado muitas em varias embarcações, q rendeo os annos precedentes.

Como as desgraças costumão fazer as guerras por divertimentos, ao mesmo tempo que a nossa Armada impedia a Angriá o sustento, & o commercio, se lhe levantárao quasi todas as Fortalezas, que elle havia conquistado o inverno antes ao Mogor Siva Raja, (ouero Potentado da mesma Costa) ou incitado do nosso exemplo, ou lançando mão da oportunidade, para executar a sua vingança, lhe declarou guerra; & era este o motivo que elle teve para o fazer. Havia o Grao Mogor conquistado algumas Fortalezas de Rama Rao, Rey de Sivagy, as quaes Siva Raja dizia lhe pertenciao por herança: Angriá que queria sustentar o que tinha usurpado áquelle Imperio, offereceo a Siva Raja a sua aliança, & ambos unidos emprenderão, & conseguirão reconquistar aquellas Fortalezas; mas com tanta cavillação se houve este Aliado, que as guarnecco com gente sua, & reculou depois entregar-lhas; & para ficar mais seguro na posse deste roubo, maquinou com a Rainha de Sivagy, que governava os Estados de seu marido na menoridade de dous filhos q d'elle lhe ficárao, q querendo ella casar com elle, lhe entregaria as referidas Praças, & a pessoa de Siva Raja. Ajustarao-se na proposta, & para poder cumprir esta segunda o convidou com fingimento de amizade, & pretexto de tratar o ajuste da redicção das Fortalezas, quizeffe passar hums dias com elle em Culabo, no que o outro já convinha; mas avisado da trayção com que se ordenava este convite, se excusou de ir visitallo, & ajuntando o mayor poder a que se estendiaõ as suas forças, desceo com exercito contra elle. A primeyra operacão se encaminhou á restauração das Praças que Angriá presidiava, & com effeyto havia já tomado algumas. O Vice-Rey aproveytan-

veitando-se da conjuntura, tratou de persuadir a Siva Raja a continuar a guerra, & a mesma diligencia fez com o Rey de Sindy, que tambem estava queyxofo de Angriá, que nestes tempos lhe havia tomado duas Praças, & destruido muytas povoações. Expedio juntamente por seu Embayxador à Corte de Agra o Padre Joseph d a Sylva da Companhia de Jesus, para persuadir ao Graõ Mogor, entre outras cousas, de que em outro lugar faremos memoria, quizesse ajudar a aliança destes Principes, & mandasse acabar com este inimigo commum, que tão atrevidamente havia profanado o respeyto da sua grandeza. Feytas estas disposiçoens, em muytas das quaes trabalhou tambem o General do Norte D. Lopo Joseph de Almeyda, se vio o Vice-Rey precisado a mandar recolher Antonio Cardim Froes, com a Armada que sitiava a barra de Culabo, por lhe chegarem noticias, que a do Immano de Mascate se achava em Surrate, porto do Graõ Mogor, & nos tinha tomado hum navio da China de Francisco Xavier Doutel, que alli se achava. Como as forças não eraõ tantas que se pudessem repartir, quiz obrar com ellas unidas, para com mais effeyto poder empregar-se contra hum inimigo, ainda mais perigoso, & de mayor poder que o de Angriá, cujas operaçoens, conforme lhe avisou o General do Norte, não podiaõ na presente conjuntura causar ao Estado algum receyo. Recolheo-se Antonio Cardim, depois de haver tomado duas embarcaçoens, que navegavaõ para a Fortaleza de Culabo, huma com mantimentos, outra com roupas, & de haver impedido todo o commercio, & provimento àquelle inimigo no discurso de tres mezes, que esteve sobre a sua barra. Mas a incansavel vigilancia com que o Vice-Rey se applica ao estudo da conservação do Estado, discorrendo que a distancia da Armada que hia a Surrate, podia dar atrevimento a Angriá para querer vingarse, intentando a conquista de alguma das nossas terras, mandou aprestar a fragatinha S. Francisco de Assis, & embarcar nella o Capitaõ de mar, & guerra Manoel Lobato de Faria, ordenandolhe que passasse ao Norte, & acodisse com ella a toda a parte onde julgasse necessaria a sua assistencia. Partio o Capitaõ em Janeyro com vento favoravel, & chegando defronte da barra de Culabo encontrou quatro palas, & nove galvetas de Angriá, todas bem guarnecidas, & com mais gente do que lhes dava a sua lotação; porque depois se soube lhes ajuntara de outras embarcaçoens que ficãõ defarmadas. Apenas avistá-

rão o nosso navio, fizeraõ vela sobre elle. O Capitão que a não ter tanto patrimonio de valor, pudera recear, quando não a qualidade das embarcaçoens, o numero dellas; sem bandeyra (fingindose mercantil) se foy amando; mas de tal modo, q mostrava não podia navegar, desejando fugirlhe. Era o seu animo attrahillos mais ao mar, onde pudesse ser senhor do vento, q lhe podia faltar na costa. Logrouse esta destreza militar, & tanto que os vio amaraõs voltou sobre elles, & os começou a bater com a sua artilharia, tão deltra, & tão utilmente, que depois de fazer nelles hum grande estrago, & lhe haver morto muyta gente, os constrangeo a largar a empreza, fugindo vergonhosamente. O Capitão os seguiu até os meter pela barra de Culabo, & alli se deyxou estar tres dias desafiando os inimigos; mas vendo que ninguém sahia a pedir-lhe satisfação, continuou a sua derrota, & chegou a Baçaim, donde fez aviso do successo ao Vice-Rey, que o estimou muyto, & lho mandou agradecer por carta: fazendo o mais singular a circumstancia de não haver perdido nenhum Soldado na peleja, sendo muytas as balas com que a Armada inimiga o perseguira.

Até o mez de Janeyro do presente anno não succedeo outra acção alguma entre este inimigo, & o Estado; mais que a peleja que o Capitão de mar & guerra Joseph Barbosa teve com duas palas de força, que sahiraõ para o apanhar, passando com o seu pataxinho por defronte do porto, & Fortaleza de Gariem, pertencente ao mesmo Angriã; as quaes depois de o seguirem algũ tempo, entendendo-lhes fugia, se viraõ precisadas a recolherle outra vez ao porto com muyto damno, & com mais pressa do que sahiraõ delle; havendo sido muy bem varejadas da artilharia do pataxinho; que até a boca da barra foy em seguimento dellas.

Pelo mez de Novembro antecedente havia entrado no porto de Mormugão obrigada do tempo hum a embarcação de Canará sem Passaporte, & havendoselhe acabado a licença em Mayo, navegava sem a reformar. Segundo o estylo, havia justificado pretexto para tomalla por perdida; mas considerando o Vice-Rey que era proprietario della o Governador de Mangalor valido do Rey de Canará, & que convinha aos interesses do Estado dispensar por esta occasião a Ley em seu favor, lha mandou dar livre, insinuandolhe que a muyta attenção que tinha com a sua pessoa, fazia relevar ao Capitão do seu navio a falta de o trazer despro-

20

desprovido de licença; sendo esta prerogativa, a de que era mais cioto o Estado. Com esta generosidade, em que a fazenda Real perdeu muy pouco, lhe accumulou muy grandes interesses; porque lucrando a amizade do valido, a quem poz em obrigação cô esta fineza, ficou ganhando a boa influencia do seu conselho a favor das nossas pertençoens, & o continuar nas ventagens que havia tão poucos mezes tinhaõ adquirido pelo Tratado de paz, concluido com aquelle Rey em favor da Religião, em beneficio de Goa, em honra, & em utilidade de todo o Estado, & em credito, & reputação da Coroa de Portugal, que em Paizes tão remotos faz dar leys pelos seus vassallos a Principes tão grandes.

F I M.



RELACAM

D O S

PROGRESSOS

DAS ARMAS PORTUGUEZAS

No Estado da India,

No anno de 1714.

SENDO VICE-REY, E CAPITAM GENERAL
do mesmo Estado

VASCO FERNANDES

CESAR DE MENEZES.

P A R T E III.

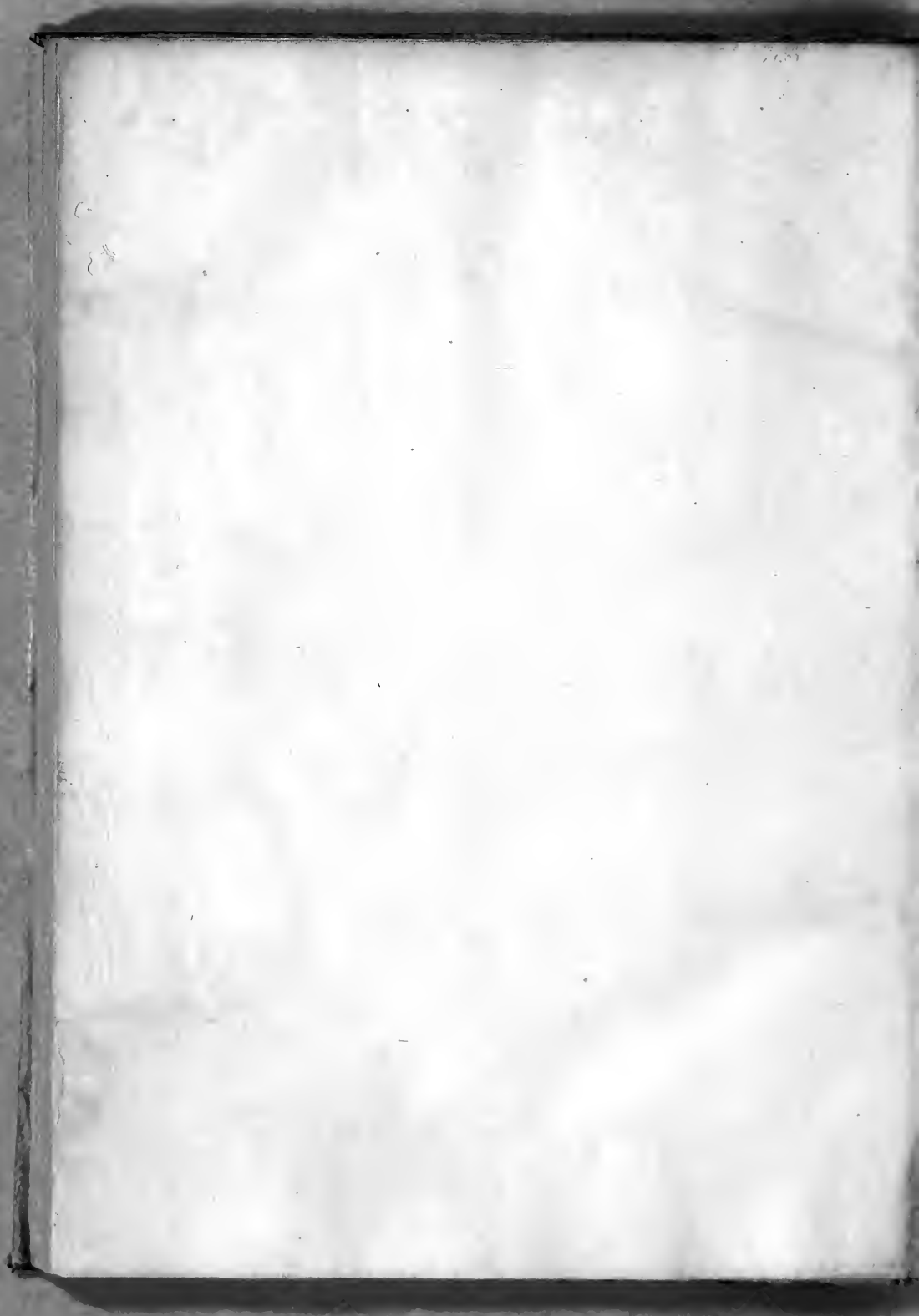


L I S B O A,

Na Officina de PASCOAL DA SYLVA,
Impressor de Sua Magestade.

M. DCCXVI.

Com as licenças necessarias, & Privilegio Real.



C716

M544r

